

**A EDUCAÇÃO NAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS:
UMA ANÁLISE NOS PERIÓDICOS BRASILEIROS DO SÉCULO XIX**

Gisela Maria do Val
Universidade de São Paulo (USP)
giselaval@usp.br

Nossa proposta de pesquisa traz algumas reflexões iniciais sobre a possível relação entre as produções jornalísticas dos periódicos do início do século XIX e problematizações relacionadas a processos de subjetivação. Trabalharemos numa perspectiva, na qual tais textos são um dos componentes de um jogo de estratégias para a gestão da população. Para tanto, selecionamos como vetor discursivo a emergência da ideia de um sujeito educável e da circulação de modos e maneiras de educa-lo. Seguindo na linha de pensamento de Michel Foucault, podemos inferir que a constituição do jornalismo, como um instrumento de comunicação de um certo alcance, foi um fator importante na circulação e divulgação de ideias, valores e concepções que comporiam, produziriam e estabeleceriam supostas verdades, as quais funcionariam e operariam inseridas e constituindo um arcabouço de inteligibilidade específico de um tempo e um lugar. A escolha do material jornalístico como fonte primária deve-se a um plano de investigação que problematiza, no jogo das forças que instituem verdades, os processos de produção de determinados modos de ser, contribuído, portanto, para produzir certas formas de existência numa perspectiva que nos ajuda a explicitar as relações e posições de sujeito hipoteticamente estabelecidas desde os primórdios dos textos jornalísticos. Temos como ancoragem teórica a ideia de circulação desenvolvida por Foucault, para o autor a circulação de ideias parece ser o cerne do problema da sociedade contemporânea. Formas de deslocamento, intercâmbio, contato, dispersão e distribuição são o núcleo de uma questão que tangencia a ideia da gestão governamental, entendida como condução de condutas.

Mesa de trabalho 9

Palavras-chave: jornalismo, governamentalidade, educação

Na Grécia antiga, criaturas intrigantes cantavam os acontecimentos épicos que lhes eram sussurrados, propagando-os por vasto território. Os aedos, escolhidos pelas musas, compunham e recitavam poemas, narrando feitos e atos em forma de canções. Tal forma de comunicação efetuava-se numa cultura totalmente oral, anterior à adaptação da escrita fenícia à língua grega e à criação do alfabeto, (Havelock, 1996).

Denominados pelo historiador belga, Marcel Detienne (1981), como *mestres da verdade*, os aedos seriam os principais detentores das informações e seu

principal instrumento de transmissão a todos os demais, porém esse conhecimento comunicado não lhe pertencia, somente lhe era revelado pelas musas.

As musas eram as nove filhas de Zeus com a deusa da memória, *Mnemoýse*. Clio, Euterpe, Tália, Melpômene, Polimínia, Érato, Calíope, Urânia e Terpsícore. Filhas da potência religiosa ligada à verdade, foram criadas para dar ressonância à vida, possuindo o poder da presentificação e da certificação, ou seja, presentificavam-se na voz do poeta escolhido e conferiam às palavras proferidas pelos aedos o caráter de verdade. Esses poetas cantantes teriam o direito e o dever de fazer circular as narrativas, que continham as explicações e os sentidos do mundo, segundo o professor José Antônio Alves Torrano (1996).

Esse mito delinea-se entre dois vetores: a verdade e a memória, uma verdade próxima da *veridicção profética*, tal como a afeiçoa Michel Foucault (2011), na aula de 2 de fevereiro de 1984, de seu curso *Coragem da Verdade*. O aedo não cantava em nome próprio; era um emissário das musas e conseqüentemente da deusa, constituindo uma verdade (*aletheia*) no sentido de desvelamento da sabedoria sagrada, num caráter de oposição ao esquecimento (*lethe*), posto que, para os atos heroicos e seus protagonistas, o silêncio, que implicava o esquecimento, correspondia à morte.

A memória ocupa função privilegiada numa tradição amparada não na escrita, nas tradições orais. Numa significação distinta da nossa, para os gregos antigos, a memória não visava à reconstrução do passado, segundo uma perspectiva temporal. Jean-Pierre Vernant (1973) pondera que, para os gregos, nos períodos Arcaico e Homérico, a relação da memória com o tempo não era nem de reconstrução, nem de anulação, no sentido inverso desses movimentos, ela derrubava a barreira que separava o presente do passado, construindo uma ponte, ligando-os. Prerrogativa de alguns grupos “de poetas inspirados a memória era a onisciência de caráter adivinhatório; definia-se pelo saber mântico, pela fórmula: o que é, o que foi e o que será” (Detienne, 1981, p. 17). Enfim, ela era a potência que conferia ao verbo o estatuto de palavra sacralizada.

O propósito da circulação dos poemas cantados, supõe Bruno Snell (2005), era o de narrar a realidade. Por realidade, compreendia-se a soma dos fatos vulgarizados pelas musas. O objetivo precípua seria tornar presente o passado eleito como relevante para os ouvintes. Mais que um poema, esse era um veículo

de transmissão por excelência, analisa Christian Werner (2012). Ritmados pelo passado, narrando epopeias, deuses e proveniências dos povos e dos reis, os aedos produziam a visibilidade de uma realidade.

Situada na magia e sussurrada pelas filhas da deusa da Memória, a palavra proferida pelo aedo era eficaz e instituía, por virtude própria, um mundo que era o próprio real. Nos repertórios, definiam-se a família, as descendências, as hierarquias, as tradições. Os aedos eram funcionários da *alethéia*, colaboravam diretamente com a ordenação do mundo, seja compondo-o com algum soberano, seja alinhando-se a uma comunidade de iguais.

As palavras cantadas tinham assim um caráter assertórico, portadoras de uma *aletheia* eficaz e inconteste. Narravam-se os heróis e os deuses, seus acertos, sua justiça e injustiças. Navegado num tempo no qual se misturavam passado, presente e futuro, as declamações tinham a função de reproduzir, narrar e explicar os acontecimentos que acometiam os mortais e os imortais (Vernant, 2009).

A *Ilíada* e a *Odisseia* são resquícios desse tempo de cantos poéticos e escutas, do qual Homero e Hesíodo talvez sejam seus mais ilustres representantes. Com a consolidação da escrita, o lugar dos aedos reduziu-se até o lento desaparecimento (Havelock, 1996).

As práticas de escrita contribuíram, decerto, para o início do arrefecimento da circulação das narrativas orais, mas não abrandaram tal circulação. Ao contrário, tornou-se o suporte primordial para outro modelo de circulação de ideias, tão potente e abrangente quanto.

John Thompson (1998) afirma que a circulação dos textos escritos, inicialmente restrita, somada à combinação de alguns fatores, tais como o ciclo das navegações e a expansão da atividade comercial, a partir do século XII, pode ampliar-se, juntamente à troca de mercadorias. A assunção de novas concepções econômicas e políticas, bem como a viabilização de papel mais maleável, permitiriam a invenção do tipógrafo. Iniciar-se-ia, pois, uma era de circulação ainda mais abrangente das ideias. A produção de textos foi acelerada pelo uso do papel, pela democratização da alfabetização e pela impressão em larga escala. A imprensa floresce, criando um lugar próprio, habitado diuturnamente. Sua função elaborava-se e deslocava-se em concordância com as ocorrências de cada época. Para Thompson, “os meios de comunicação são rodas de fiar no mundo e, ao usar

estes meios, os seres humanos fabricam teias de significação para si mesmos” (1998, p. 20).

Conforme Jürgen Habermas (2003), o surgimento da imprensa, teria deslocado o espaço público, espaço das discussões políticas, da formação de opiniões e da legitimação do poder, para os jornais. A imprensa seria a primeira instância mediadora do espaço público.

Surgiram as impressões iniciais sobre o mundo e sua realidade: as gazetas, com informações sobre atualidade; os pasquins, folhetos com notícias sobre desgraças alheias e os libelos, folhas de caráter opinativo. A combinação desses três tipos de impressos enfeixou, no século XVII, no jornalismo. Esses jornais eram dedicados a assuntos de variada calibragem, desde literários e culturais a questões ligadas ao cotidiano, passando por questões sociais e políticas (Giovannini, 1987). Os impressos circulantes cumpriam sua sina de fabular, narrar e legitimar histórias, pessoas e ideias.

A prática jornalística, no Brasil, raiou oficialmente em 1808. Alguns de nossos historiadores empreenderam um trabalho minucioso e criterioso para construir uma narrativa histórica progressiva e evolutiva. Desde Alfredo de Carvalho, referência da historiografia da imprensa no Brasil, com o livro *Anais da Imprensa Periódica Pernambucana*, publicado em 1908, até o rigoroso trabalho de Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil* de 1960, obra escrita durante trinta anos e alçada ao estatuto de principal referência do estudo da atividade jornalística no Brasil, dispõe-se uma vasta gama de trabalhos detalhados de descrição e categorização dos periódicos. Já a partir da década de 1970, as pesquisas sobre a imprensa nacional restringem-se, no geral, a estudos mais pontuais de jornais específicos e suas influências no imaginário, na identidade e no comportamento da nossa sociedade. Nesses numerosos estudos, os mais diversos papéis foram atribuídos à imprensa nacional: de redentora da independência, arauto das revoluções, campo de resistências às dominações, a manipuladora de destinos políticos e econômicos, arcabouço de ideologias, agente da ordem, lobista de interesses escusos.

A presente pesquisa não pretende classificar nem valorar o papel da imprensa no país, muito menos oferecer uma história de seu trajeto, de suas maquinações e contribuições. Num sentido avesso a essas colaborações,

pretendemos pensar a imprensa nacional como um dos *locus* produtor de discursos que circulam, bem como produzem práticas e efeitos na sociedade, de modo a evidenciá-la como um campo de batalha no qual se processa um jogo. Não só o campo, mas também o agente de uma potente máquina discursiva. Nesse terreno de peleja povoado de enunciados, as narrativas jornalísticas compõem histórias de pequenas ideias. Nossa intenção é a de averiguar como elas começaram, quais vingaram, quais desapareceram, que forças as disputaram, quais as recusas, quais as permanências, além de qual tipo de consentimentos e pactos ali se forjaram.

Das pequenas ideias que habitam as tintas dos jornais, nosso interesse arqueia-se para a noção de educação e de sujeitos educáveis que, nesse pedaço de uma extensa trama discursiva, formou-se. Para tanto, partimos da evidência, constatada em nosso trabalho de pesquisa anterior¹, da verborragia sobre a educação formal nos escritos jornalísticos e de sua alardeada condição de imprescindibilidade. A educação é, atualmente, uma espécie de tábua de salvação anunciada por qualquer tendência ideológica, por todas as orientações econômicas, evocada por anjos e demônios.

Nossa pesquisa principia com a chegada da prensa, aqui, dos tipos móveis e da fundação da editora *Imprensa Regia*, ligada exclusivamente à Coroa portuguesa. A imprensa brasileira conheceu um nascimento tardio, tanto quanto tardios foram o ensino superior, as manufaturas, a própria independência política e a abolição da escravatura. Em 1808, com a chegada da família real, o Brasil via erguer-se sua primeira tipografia. Uma absoluta novidade para a Colônia portuguesa, que, por mais de 300 anos, fora privada de contato mais amplo com a palavra impressa, fosse por meio da livre circulação de livros, fosse pela leitura de periódicos estrangeiros ou nacionais. Tudo era proibido.

A imprensa brasileira tem duas datas como marcos de sua fundação: o lançamento, em Londres, do *Correio Braziliense*, em 1º de junho, e a criação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 10 de setembro, ambos de 1808. A qual dos dois cabe o título de precursor é tema de controvérsia em função das características de

¹ VAL, Gisela Maria do. **A chamada da educação:** sobre a governamentalização pedagógica nos textos jornalísticos. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ambos, principalmente em torno das datas, dos locais em que circularam suas primeiras edições e de quem os editaram.

Nossa escolha inclinou-se pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, devido a seu caráter oficial, sua forma e principalmente seu conteúdo. Produzida e editada por homens de estrita confiança do rei, a Gazeta manteve sob suas páginas um discurso que, a despeito da expressão de certa visão oficial do mundo, também refletia toda uma gama de interesses coletivos, contribuindo para o enraizamento de novas práticas de leitura.

A gazeta brasileira nascia, no início do século XIX, com características semelhantes à *Gazeta de Lisboa*, folha oficial portuguesa originada em 1715. Nossa Gazeta seguia a dimensão padrão dos jornais estrangeiros. Com periodicidade bissemanal, circulava às quartas-feiras e aos sábados, podendo também sair em quaisquer outros dias da semana, quando as notícias justificassem as publicações extraordinárias, as quais se tornaram muito comuns ao longo dos anos, (Silva, 2007). Seu teor editorial tinha muito mais intenção formativa que doutrinária. Contava com poucas folhas e era vendida a preço baixo, ao contrário do *Correio Braziliense*, que era editado em brochura, com mais de 100 páginas, periodicidade mensal, cujo caráter era absolutamente doutrinário, destinado a conquistar opiniões, no entendimento de Sodré (1966). Deriva dessas características a nossa opção pela Gazeta, posto que nosso interesse campeia justamente um jornal de maior abrangência que relatasse a vida ramerrã, suas mazelas, suas graças, suas necessidades.

A escolha de um segundo jornal, que se adequasse às mesmas características, levou-nos a procura de um periódico que contemplasse tanto a questão temporal, como a de um alinhamento editorial mais informativo. A *Gazeta do Rio de Janeiro* encerra suas atividades no ano de 1822, obrigando a procura por um novo porto pautou-se por um jornal que continuasse a narrar aquele tempo.

Nessa época, no Rio de Janeiro, houve uma proliferação na circulação de jornais e gazetas, oriunda da relativa liberdade de imprensa, conforme relata Lucia Maria Bastos Pereira das Neves (1998). Os periódicos existentes caracterizavam-se quase sempre por possuir linhas editoriais claramente partidárias e panfletárias, adelgando, assim, vida efêmera, sobrevivendo por somente alguns poucos anos ou meses.

Entre as publicações desse período, destaca-se o primeiro periódico diário da corte, *O Diário do Rio de Janeiro*. Jornal deliberadamente omissivo nas questões políticas, caracterizava-se por ser informativo. Publicado de 1822 a 1878, ocupava-se das questões locais, fornecendo informações particulares, em forma de anúncios e de caráter mais público, como notícias de bodas, assassinatos, furtos, divertimentos, meteorologia e tantos outros temas ligados a dizeres do cotidiano. Como ressalta Sodré (1966, p. 59) “[...] do ponto de vista da imprensa, como a entendemos hoje, foi precursor originalíssimo e teve todas as características do jornal de informação”.

Nosso interesse, portanto, é norteado pelo discurso corriqueiro, a matéria considerada banal, que alcança os leitores na mais singela das abordagens: o preço da manteiga, o crime da padaria, as reclamações das beatas, as recomendações de livros, os adultérios cometidos, os serviços oferecidos, as comemorações anunciadas.

No primeiro jornal oficial brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, os assuntos dividem-se em duas seções predominantes: uma parte noticiosa, que constituía o núcleo da gazeta, e outra prosaica, mais ligada ao cotidiano da cidade. Pela primeira vez na colônia, negociantes divulgavam suas mercadorias, médicos e cirurgiões ofereciam seus préstimos procurando angariar clientela, artesãos anunciavam suas oficinas e serviços. Compondo o enquadramento da gazeta, havia também um balanço dos movimentos de entrada e saída das embarcações no porto, além de tabelas demonstrativas dos gastos na guerra e da arrecadação de donativos entre os habitantes da colônia. Ainda, o mercado livreiro ampliou-se com a divulgação nas páginas da Gazeta de obras importadas e daquelas que saíam dos prelos da *Imprensa Régia*.

Nas páginas daquele jornal, músicos que, pela primeira vez, organizavam concertos na cidade procuravam atrair seu público. Senhores descreviam indumentárias e as características físicas de seus escravos e escravas fugidos, oferecendo alvíssaras a quem as entregasse. Outros enalteciam as qualidades de sua escravaria, procurando vendê-la por bom preço, estrangeiros pretendiam criados brancos para servi-los. Cozinheiros ofereciam seus préstimos. Casas de pastos anunciavam jantares; os botequins, almoços. Enfim, era toda a vida da cidade que perpassava nos anúncios da gazeta.

Percorrendo página a página dos jornais, nem todas leituras surpreenderam-nos, algumas talhavam o pendur do já visto. Mas outras aguçavam o condão do pasmo. Um tópico chamou-nos a atenção por tratar-se de uma concepção tão cara aos meios de comunicação como alardeado motor de combustão de tais publicações: a opinião pública. A imersão nas fontes promoveu a constatação de que essa expressão só começa a marcar as páginas dos periódicos no ano de 1821; anteriormente, não encontramos nenhum registro do termo. Tal movimento se dá no mesmo ano de publicação do decreto real que suspendia provisoriamente a censura prévia, procedimento pelo qual todos os impressos passavam por um censor designado pela Coroa, e num contexto de ebulição política de movimentos contra ou a favor a independência da colônia.

A direção de nossa procura não se guiou pelo mérito dessa expressão polissêmica e polêmica; o que nos convocou foi o momento em que nasce essa ideia nas páginas dos jornais. Também não nos concernem as definições da noção de opinião pública produzidas pelos editores da época, mas, sim, o início das ponderações que visavam articular o conceito de opinião pública como a gênese de uma nova instância de legitimação de ideias, concepção que, apesar de controversa, habita até hoje as falas e as projeções dos meios de comunicação, impressos ou não.

Os dizeres que versam sobre esse tema delineiam um movimento que incita, nos leitores, a transferência de um debate público, como um elemento de pressão política, para o interior das páginas impressas do jornal. Vejamos um exemplo, um pequeno trecho publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, no seu número 19, em 1822, “[...] para que formados pelos Senhores letrados esta opinião Publica os mesmos a respeitem e a sigão, ainda que alguma vez ella possa hir de encontro a sua particular vontade [...]”².

Tal movimento aventa um deslocamento de conversas e debates em grupos, proporcionados pelas formas de comunicação características do Antigo Regime, tais como a exibição de cartazes impressos e manuscritos em local público, para leituras individuais e privadas de textos produzidos por membros de uma suposta

² Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=opini%C3%A3o%20publica&pasta=ano%20183. Acesso em: 12 abr. 2013.

*República das letras*³, portanto, a formação de uma opinião baseada num processo de educação do leitor, fruto de uma reflexão pessoal. Ao mesmo tempo, a concepção de opinião pública apresenta uma questão numérica, ou seja, a relação entre a quantidade e a legitimidade, rara nas concepções expostas da época e cara aos padrões mais atuais de maioria e minoria, como exemplifica o trecho do jornal *Nova luz brasileira*, em 1830,

O que é — Opinião publica — É o modo de pensar expresso, e uniforme de mais d'ametade de hum Povo sobre qualquer objecto: daqui vem a influencia, poder, e direcção que da a todos os negócios: sua victoria é sempre certa: desgraçado daquelle que lhe faz oppozição...⁴

A ideia de opinião pública desponta nos periódicos do país, como uma ação que reforçaria a tendência de promover uma educação pelas páginas do jornal, nesse caso além de ser um *locus* de produção da própria opinião seria concomitantemente seu porta-voz.

O começo dessa expressão nos jornais da corte emerge justamente na passagem de uma imprensa única e ligada a um regime absolutista para uma imprensa múltipla e ligeiramente mais independente da Coroa, embora atrelada a outros interesses.

Talvez seja esse um exemplo de como é fecundo o texto jornalístico, principalmente quando analisado em grandes séries temporais. Falas, sussurros e gritarias estampam as marcas de tintas jorradas há duzentos anos. Vejamos então como se movimenta a narrativa jornalística da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Podemos categorizar os escritos da gazeta em três grandes linhas: história, população e conhecimento. No vértice referente à história, constituído principalmente pela seção noticiosa, encontramos as descrições de batalhas com os inimigos estrangeiros, narradas, sobretudo, em excertos de periódicos europeus, além disso, defrontamo-nos com o detalhamento de rebeliões nacionais e ataques indígenas. Outro tema que compõe essa linha são as narrativas sobre as comemorações das festas reais, profanas e religiosas. No vértice da população, no qual abrangemos as referências ao corpo e ao trabalho, os escritos jornalísticos

³ Uma concepção derivada da publicação, no final do sec. XVII, do periódico erudito *Nouvelles de la République des Lettres* editado por Pierre Bayle. Tinha a função de informar ao público culto da época sobre as edições que gerou uma espécie de comunidade de letrados, composta por membros de uma elite intelectual (BURKE, 2011).

⁴ Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/700339/per700339_1830_00021.pdf. Acesso em: 17 abr. 2013.

circulavam predominantemente sob a forma de anúncios pagos de leitores com os mais diversos oferecimentos, desde profissões (mestres e professores, médicos e cirurgiões, negociantes e mercadores, artesãos e fabricantes) até abundantes referências aos escravos e criados. Nessa linha, também despontam as questões ligadas ao cotidiano da Corte, as moradias, a alimentação, o vestuário etc. Por fim, no terceiro vértice, composto tanto de notícias como de anúncios, inscrevem-se as narrativas sobre as ciências e as artes, os oferecimentos de aulas e colégios, as descrições de doenças e curas.

Essa categorização arbitrária só se justifica como suporte de análise, posto que alguns temas aparecem amalgamados entre si, como, por exemplo, no caso de anúncios de escravos, nos quais as descrições do corpo a ser vendido continha detalhes sobre a bexigas⁵, caso o escravo já tivesse sido infectado, enaltecendo a resistência daquele corpo, portanto, uma confluência de população e conhecimentos. Essa separação foi fraturada para acompanhar o ritmo enunciativo do jornal que opera, em nossa opinião, triangulando esses três eixos.

Nessa algaravia discursiva, o termo educação é citado 96 vezes pelas 1795 edições da gazeta. O próprio ritmo narrativo do jornal oferece uma distinção nos usos da ideia de educação: ora delineiam-se espaços próximos de um emprego mais operacional da noção de educação, ora aparece um movimento de adequação dos oferecimentos educacionais à população e, finalmente, um lugar para a descrição generalizada da concepção de educação.

Em linhas gerais, a educação como uma questão editorial quase não habita o jornal. Nas narrativas mais operacionais, o tema aparece predominantemente nos anúncios de oferecimentos de mestres-escolas e aberturas de colégios. A questão da educação orbita em torno da instrução para certos ofícios e na transmissão de modelos de comportamento. Por exemplo, são oferecidos cursos para as meninas nos quais a ênfase é a leitura e a escrita do português, a língua francesa, a gramática latina, os bordados e a educação dos modos de portar-se. Era anunciada uma gama relativamente diversificada de modelos de colégios: para meninos, meninas, mistos, criadas e escravos; estabelecimentos de ingleses, franceses e reinóis; a preços módicos ou exorbitantes; mestres particulares e aulas coletivas.

⁵ Por causa das feridas em forma de bolhas que cobriam o rosto dos doentes, a varíola ficou conhecida popularmente como *mal das bexigas*; e seus doentes, como *bexiguentos* (Nascimento; Silveira, 2004).

A educação era orientada para aprendizes, e não alunos. O termo aluno aparece três vezes na Gazeta, a primeira em 1815, em um artigo de um jornal francês, a segunda em 1817, num anúncio de um novo colégio e a terceira, em 1822, num aviso sobre um colégio, mas para caracterizar um professor como aluno de uma faculdade inglesa. O termo só volta a ser mencionado em 1860, num artigo no *Diário do Rio de Janeiro*. A palavra mais usada para descrever a educação é instrução, e seus alvos eram meninos e meninas.

A educação formal narrada nos anúncios aproxima-se de um conjunto de considerações práticas, uma preparação de mão de obra especializada ou a formação de súditos em uma moral adequada. A educação como instrução engaja o estudante como um aprendiz de técnicas, seja de comportamento, seja de trabalho. Um aluno é um sujeito a ser moldado, ou seja, um ser que recebe os cuidados necessários para um pleno desenvolvimento.

A educação ofertada distingue claramente as instruções para jovens bem nascidos, para uma gama de criadagem e para os escravos, que aparecem como apenas possíveis aprendizes. Novamente, portanto, a educação num modelo pragmático, com o fim específico de instrumentalizar para alguma função.

Quando o tema aparece como um conceito, ou seja, de modo menos concreto, as ocorrências dão-se exclusivamente nos excertos de jornais estrangeiros. A concepção de educação que habita esses escritos divide-se em duas vertentes: na primeira, é considerada formadora de homens cultos e dignos e, na segunda, um fator na conquista de uma certa liberdade, seja individual, seja para uma nação. Trata-se da educação, então, entendida como elemento civilizatório.

Decorrente dessas constatações, iniciamos a pesquisa no segundo jornal, para investigar inicialmente como aparecia a noção de educação. *O Diário do Rio de Janeiro* apresenta, em 1821, uma coluna na qual é exposta a ideia de ensino mútuo, baseada no método Lancaster. Essa referência apresenta um deslocamento na ideia de ensino que circulava anteriormente, agora, mais preocupada com o aproveitamento do aluno e com a proposta de uma espécie de cooperação entre os estudantes. Essa primeira aparição é localizada em excertos de uma enciclopédia francesa, *Annales françaises des arts, des sciences et des lettres*, e descreve as estatísticas e características das escolas francesas que aplicavam esse método. É também a primeira vez que a palavra método vem personalizada. Até então, nos

escritos anteriores – na *Gazeta do Rio de Janeiro* –, a referência ao método, quando agregado ao tema da educação, vem sempre acompanhada de adjetivos, tais como *fácil, claro e proveitoso*. Desta feita, podemos conjecturar que se inicia um deslizamento da noção de educação como operação de instrumentalização para uma preocupação mais geral com o desenvolvimento.

Nos escritos mais antigos que versam sobre a educação, o espaço dedicado a ela é estanque. Ela não é um tema que permeia outros assuntos, não há porosidade nas narrativas: oferecesse isso ou aquilo, preto no branco, a criança não é uma preocupação, nem seu desenvolvimento, nem sua saúde, nem sua felicidade. Outras coisas importavam mais naquele momento. Para aquele início de circulação de dizeres sobre a vida, os pequenos eram aprendizes que deveriam aprender as coisas do mundo adulto, no tangente a trabalho e a comportamento.

Uma particularidade importante desse engenho discursivo é a circulação de suas falas. Sem transmissão e propagação, os dizeres morrem, sucumbem. Um movimento em que operam a divulgação, publicização e difusão e na intrínseca produção de histórias, feitos, júbilo e mazelas que podem compor uma realidade ou serem descartados. A imobilidade dos dizeres conjuga a morte das informações, das necessidades, dos papéis. A circulação das notícias pingam a conta gotas, constantemente, repetidamente, uma algaravia de enunciados que descrevam, normatizem, afirmem e refutem, iluminem e sombreiem. A circulação de todo esse ruído, paradoxalmente organizado, é o eixo que move uma enorme maquinaria de produção: de sentidos, de realidades e de mundos a serem habitados. Não a moldagens de pensamentos ou o encobrimento de uma verdade essencial por outra adulterada, mas a constituição página a página de jeitos e maneiras de existir. Sem a circulação, restaria o silêncio e, junto a ele, o letal esquecimento de como somos.

A ideia de circulação foi abordada por Foucault (2008) no curso *Segurança, território e população*, no qual o autor desenvolveu a genealogia de uma forma de saber político, centrado em mecanismos e estratégias que têm, no cerne de suas preocupações, a regulação da população, evidenciando o problema da *governamentalidade*. Abordando os dispositivos de segurança como tecnologias políticas de governo da população, Foucault apresenta o deslocamento do problema de domínio no período medieval, a saber, os limites do território, para a

formação das cidades, nas quais é necessário “[...] deixar as circulações se fazerem, controlar as circulações, separar as boas das ruins, fazer que as coisas se mexam, se desloquem sem cessar [...]” (p. 85). Um pouco antes, ele solicita que circulação seja entendida “[...] no sentido bem amplo, como deslocamento, como troca, como contato, como forma de dispersão, como forma de distribuição também, sendo o problema o seguinte: como é que as coisas devem circular ou não circular” (p. 84).

Foucault vale-se dessa ideia para pensar as técnicas na conformação das cidades como formas de racionalização. Nesse jogo político estabelecido entre os séculos XVII e XVIII, ressurgirá a problemática dos bens públicos, ou seja, o que é ou não é da alçada da prática governamental do Estado e de seus instrumentos de racionalização para gerir as formas de organização da sociedade, quais sejam as riquezas, o fisco, a formação de grandes exércitos, a polícia, a diplomacia, a justiça e a população. Portanto, uma ideia de circulação circunscrita a um determinado problema, a qual tomamos emprestada para pensar como a circulação de ideias, principalmente referentes à educação, pode contribuir para a produção de uma noção de educação e de sujeito educável no discurso ordinário, cotidiano e prosaico do jornal.

Outro ponto que ajudará a compor as bases teóricas desta pesquisa é a construção da veracidade nos escritos jornalísticos. O jornal, desde seus primórdios apossou-se do espaço do arauto de certezas, realidades e verdades. Espaço esse certamente discutível, combatível, duvidoso, porém, apesar de todas as críticas e restrições a esse papel de emissário da verdade, ainda poroso à noção de veracidade. Ela persiste colada às práticas jornalísticas. Lembrará Wilson Gomes (2010): “o que é veiculado estaria sempre pautado por um fato, ou seja, tratar-se-ia da realidade” (p. 10). Não é a verdade nem a realidade que estariam em jogo nos relatos. A defesa dessa ideia percorre caminhos tortuosos de confirmação de uma essência verdadeira nas coisas e nos fatos, ao mesmo tempo em que impinge ao jornal a ação de revelar ou deturpar essa versão original. O *modus operandi*, nos dizeres jornalísticos, são os processos de veracidade, que atuam produzindo sentidos por meio de uma estratégia simultânea de corriqueirização de maneiras de ser e de um mundo a ser vivido e de fazer acontecimentos de cenas que poderiam passar completamente despercebidas.

Ideia importante para a análise dos escritos jornalísticos é a do processo de transformação de uma história em acontecimento jornalístico. Esse movimento mostra que uma cena, uma denúncia, uma imagem ocorrida em qualquer lugar não se transforma em acontecimento jornalístico sem uma retórica produzida pela imprensa, a emprestar cores e sabores de realidade, para ser entendida e apreendida pelo público (Neveau & Quéré, 1996). Defendemos, na contra mão da afirmação basal dos meios jornalísticos, que a imprensa não ilumina os acontecimentos; ela lhes dá vida, ela acontecimentaliza coisas, pessoas, ações. A construção de um acontecimento é erigida por via de duas mãos. O jornal oferece um conteúdo narrado que pode a ser aprovado ou não, mas, pelo simples fato de ser mencionado, ele passa a existir e reverberar. O que está em jogo, nesse processo, não é a validação/legitimação do dito; esses são marcas discursivas que dizem respeito a uma estratégia de veracidade, uma tecnologia de verdade que faz o dito acontecer. Ele não surge; é suscitado pelo seu entorno discursivo.

Pela outra via, só se cria um acontecimento na medida em que o público consome um passado, um presente e um futuro, toda essa engenharia discursiva se constituiria em um tempo público que promove sentido nos tempos privados. Um acontecimento produz-se a pequenas doses. Alguns repercutem e fixam-se, outros naufragam no mar do esquecimento, mas seu conjunto o produz constantemente.

O jornal estabeleceu-se como um palco no qual a vida acontece. Nele, são narradas cenas que, elaboradas, repetidas e deslocadas à exaustão, engendram sentidos num jogo de forças, que instituem naturalidades, baseadas num imperativo de veracidade. Ao informar, o jornal tece uma inteligibilidade acerca do presente, conectando-o ao passado, num processo de oferecer sentidos ao devir. A veracidade de suas letras é derivada de uma relação de confiança entre o leitor e quem escreve, seja ele nominal ou anônimo.

Não devemos, metodologicamente, incorrer no erro de submeter os discursos às pessoas ou às instâncias específicas que os arejam em circulação, como se elas fossem as únicas detentoras/autoras do que é enunciado. Devemos, antes, resguardar o cuidado de não substanciar o jornal como produtor exclusivo dessas falas. O que existe não são discursos produzidos por um ou outro sujeito, mas posições de sujeitos, lugares do sujeito. Lugares perpassados por processos de veracidade que possibilitam enunciações acerca daquilo que é dizível em cada

época e sociedade. Ditos por meio dos quais circulam verdades inscritas em palavras, que postulam e ensinam determinados modos de existência. Essa produção, que intenta ensinar a todos aquilo que é e que deve ser aceito como normalidade, como desejável aos modos de existência possíveis, é um emaranhado de discurso, do qual o jornalismo é uma ponta, que compõe, com várias outras, forças que remetem ao saber que os indivíduos mobilizam para compreender a si mesmos.

Toda essa algazarra discursiva atua como um dos elementos de governo das ações, intenções e quereres da população. Desse modo, o discurso jornalístico é um agente importante da estabilidade e do desenvolvimento de modos de existência, movimento que mostra como a regulação desta é indispensável nas estratégias e práticas de governo das populações. Pelas páginas, propagam-se enunciados que encerram técnicas e modos de regulação, e que têm como objeto a população, visando à consolidação de certas subjetividades. Tal conjunto de estratégias é atravessado por diversos saberes que corroboram sua veracidade, num movimento ondulante de produção de efeitos de realidade ou de verdade.

Nosso jornalismo curiosamente tem como data de nascimento o século XIX; o que poderia ser uma mera data não fossem os nascimentos – dos hospitais, das prisões – uma temática recorrente nas pesquisas de Foucault. O jornal, ao mesmo tempo produto e produtor da vida moderna, associado a toda uma extensa rede de ideários – racionalidade, emancipação, técnicas de verdade. Todo um conjunto de práticas discursivas, perpassado tanto pelo problema da legitimação do sistema textual do jornalismo, como discurso da verdade quanto pelo paradoxo da tarefa com que esse sistema ingressa no projeto da modernidade, de ao mesmo tempo informar e emancipar, agenciar e docilizar os indivíduos, sendo materialmente submissa a interesses político-comerciais. Participar na mecânica do governo sujeitos, de uma população. Para tanto,

deve-se levar em consideração mais do que apenas a conservação do território e tudo o que nele existe (súditos, riquezas,...). Governar exige levar em consideração homens, riquezas, eventos climáticos, costumes, fecundidade, mortalidade, doenças, morte, etc., emergência do problema da população (Foucault, 2008, p. 138).

A circulação de ideias é uma das protagonistas dessa gerência da população, agitando uma movimentação contínua de enunciados com interesses e

necessidades dessa população – e, no limite, cada um dos indivíduos que a constitui –, que emerge fortemente como alvo e instrumento. O jornal vincula-se à noção de governamentalidade no exercício de gestão das coisas e das pessoas, entendido aqui em seu sentido de condução, cuidado e sustento dos indivíduos, tomados individualmente e coletivamente no conjunto da população (Foucault, 2008).

Partindo dessas constatações, nosso intento inicial é pesquisar, na imprensa, como e quando a educação despontou como fato público e social, quais arranjos estratégicos operaram para esse começo, quais práticas forjaram-se, ou seja, esboçamos a tentativa de realizar uma diminuta história da educação, narrada pelos jornais, tendo como *leitmotiv* a questão da governamentalidade, conforme definida por Foucault (2008).

Referências bibliográficas

- Burke, P. (2011). A República das Letras Europeia, 1500-2000. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.25, n.7.
- Detienne, M. (1981). *Os mestres da verdade na Grécia arcaica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, _____. (2011). *A coragem da verdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Giovannini, G. (1987). *Evolução na Comunicação: do sílex ao silício*. Rio de Janeiro: Nova fronteira.
- Gomes, W. (2010). Jornalismo, fato e interesse: o fato como problema. In _____. *Jornalismo fatos e interesses: ensaios de teorias do jornalismo* (pp. 9-27). Florianópolis: Insular.
- Habermas, J. (2003). *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. v. I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Havelock, E. A. (1996). *A revolução da escrita na Grécia e suas consequências*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Lima Sobrinho, B. (1997). *O problema da imprensa*. São Paulo: EDUSP.
- Nascimento, D. R. & Silveira, A. J. T. (2004). A doença revelando a história. Uma historiografia das doenças. In: _____. *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15.
- Neveu, E. & Quéré, L. (1996). Présentation. In: Le temps de l'événement. *Reseaux*, n.75, jan-fev. Paris: CNET. Recuperado em 02 maio, 2013, de <http://ennssibal.enssib.fr/autres-sites/reseaux-cnet/75/presen75.pdf>.
- Neves, L. M. B. P. (1998). *História e imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos*. Anais do Colóquio. Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- Silva, M. B. N. (2007). *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed.UERJ.

Snell, B. (2005). *A cultura grega e as origens do pensamento europeu*. São Paulo: Perspectiva.

Sodré, N. W. (1966). *História da imprensa no Brasil*: São Paulo: Martins Fontes.

Thompson, John. (1998). *A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes.

Torrano, J. (1996). *Sentido de Zeus: o mito do mundo e o modo mítico de ser no mundo*. São Paulo: Iluminuras.

Vernant, J. P. (1973). *Mito e pensamento entre os gregos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, Editora da Universidade de São Paulo.

_____. *Mitos e política*. (2009). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Werner, C. (2012). *Passado e futuro no presente da performance: formas discursivas e poéticas nas tradições homérica e hesiódica*. 409f. Tese (Livre Docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.